



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

Tendo em vista o exponencial crescimento da frota veicular de nosso município que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de veículos registrados de quase 40.000 unidades (fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/ranking-resumido/download.html?cod=4107207>), sem levar em consideração os veículos de outras localidades que transitam pelo município, a população e os usuários das vias buscam novas rotas trafegáveis afim de evitar os pontos de acúmulo de trânsito, sendo assim, como este recurso se trata exclusivamente de infraestrutura para pavimentos urbanos, o município por sua vez viu a oportunidade de melhorar e aumentar a sua malha viária urbana pavimentada, atendendo desta vez trechos de pavimentação que já possuem infraestrutura de pavimento poliédrico e drenagem consolidada que apresentam algum grau de deterioração e que precisam de melhoramento em calçadas e passeios, sendo que através do recapeamento a ser executado visamos melhorar as condições de tráfego do pavimento, atendendo de forma ampla a comunidade e a população local.

Sendo assim neste projeto os trechos atendidos são compostos por pavimentação poliédrica, meio fio, sistema de drenagem e calçadas, que já possui uma estrutura consolidada e que necessitam investimento para manutenção das condições de tráfego e melhorias das condições estruturais do pavimento, complementação de calçadas inexistentes e outros previstos no projeto de engenharia, saliento que os trechos previstos neste investimento, são pavimentos que se não preservados nesta fase, futuramente apresentarão problemas estruturantes e demandarão maiores recursos para conserva-las ou reconstruí-las.

Sendo assim a escolha dos serviços de pavimentação asfáltica utilizando o pavimento poliédrico existente como base para nova pavimentação, representa economicidade, segurança e agilidade à população que transita por este, pois a mesma proporciona a população uma malha viária com uma estrutura de qualidade e que facilita o deslocamento e de celeridade a chegada aos destinos gerando economia ao usuário da via e ao município uma vez que melhorias na pavimentação aumentam a vida útil do pavimento, e gera economicidade ao deixar de executar serviços de reestruturação do pavimento em função do avanço do grau de deterioração do pavimento.



Neste ainda podemos dizer que os locais escolhidos para a intervenção do empreendimento são de grande importância para malha viária urbana do nosso município, melhorando e acelerando o fluxo veicular central agilizando escoamento de produtos e pessoas.

Ressaltamos que esta obra se trata de uma pavimentação asfáltica sobre o pavimento poliédrico existente, o projeto visa reaproveitar a estrutura de pavimentação, melhorando o mesmo, aumentando a capacidade estrutural deste pavimento existente e consequentemente aumentando a vida útil do mesmo.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA

(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Neste cabe informar que o recurso aportado pelo contrato de repasse é único e exclusivo para investimentos na área de infraestrutura de pavimentação asfáltica.

Neste ainda por se tratar de melhoramento de pavimentos existentes através da pavimentação asfáltica, o qual já possui uma base consolidada em pavimento poliédrico optamos pela execução de um recapeamento em duas camadas, a primeira de reperfilamento que visa corrigir deformações preexistentes do pavimento poliédrico e a segunda que seria uma capa asfáltica sobre a reperfilagem, além dos serviços de recuperação de base onde o pavimento apresenta algum grau de instabilidades, recuperação de meio fios, execução de calçadas e sinalização viária, afim de dar funcionalidade ao pavimento.

Salientamos que esta solução acima é a mais tradicional e rotineiramente utilizada, além de que este método de reaproveitamento da infraestrutura existente, gera uma economia, pois em outros métodos ou modelos construtivos como o de pavimento rígido em concreto exigiria a remoção do pavimento poliédrico e a execução de bases e sub-bases pétreas granularmente estabilizadas, o que aumentaria o custo efetivo da obra, além de que, estes outros métodos regionalmente poucas empresas estão aptas ou que possuem qualificação técnica suficiente para execução do empreendimento.

Saliento que no mercado existem outros métodos construtivos disponíveis que são:

- Recapeamento asfáltico; sendo este método adotado neste projeto, e que possui custo inferior a outros do mercado, sendo que neste projeto o custo médio observado fica entorno de 100,00 R\$/m² - 170,00 R\$/m², pois utiliza da infraestrutura existente como base para recebimento da pavimentação asfáltica.
- Implantação de novos pavimentos: podendo ser pavimento asfáltico ou em concreto, levando em consideração que estes métodos necessitam que seja removido o pavimento existente, além da necessidade de execução serviços de terraplanagem pois necessitaria remover solo para que pudesse executar as camadas de base e sub base e camada asfáltica e ainda manter a grade de pavimento existente, temos que a média de custo da pavimentação para



implantação de pavimento asfáltico ficara em torno de 250,00 R\$/m² e para pavimento rígidos em concreto cerca de 300,00 R\$/m², além de que estes métodos necessitariam de revisão ou até mesmo reconstrução de dispositivos de drenagem, o que encareceria ainda mais o empreendimento diminuindo o alcance quantitativo do projeto.

JUSTIFICATIVA TECNICA

Salientamos que o método construtivo escolhido, no caso a pavimentação através do recapeamento, é o método mais rápido, por não depender de alteração em características naturais já existentes, de mais fácil execução pois não executa trabalhos em terra ou trabalhos com elementos pétreos de base, não necessita de isolamento da área, pois após a aplicação do recapeamento em algumas horas o trânsito já pode ser liberado, além disso é o método mais economicamente viável financeiramente pois apresenta um custo de aproximadamente 40 % inferior a outros métodos conforme visto a cima.

Sendo assim este método é o mais economicamente viável para este tipo de obra, portando a forma escolhida é a pavimentação asfáltica.

Vale ressaltar que por se tratar de vias urbanas consolidadas, os trechos não necessitam intervenções de drenagem em grande escala uma vez que os trechos já possuem o sistema de drenagem consolidado, cabendo ao projetista a análise do sistema e sua funcionalidade e caso necessário sua complementação.

Da vedação à subcontratação

Na visão técnica não será admitido subcontratação total ou parcial do empreendimento.

Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços

Considerando a necessidade de execução de obras de pavimentação asfáltica, a Administração Pública, após análise técnica e administrativa, opta por não aderir à Ata de Registro de Preços vigente, devido a especificidade do objeto, possuindo características técnicas específicas, inadequação da AEP às necessidades do projeto e pela garantia da qualidade e da execução adequada, pois a concorrência permite a avaliação mais critérios a da qualificação técnica das empresas participantes.

Diante do exposto, resta tecnicamente e administrativamente justificada a não adesão à Ata de Registro de Preços, bem como a opção pela realização de concorrência, como forma mais adequada para atender ao interesse público e garantir a correta execução da obra de pavimentação asfáltica

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação:



Não se pretende realizar a divisão do objeto por meio de grupos, cotas ou lotes, em razão da natureza do objeto por se tratar de uma pavimentação, a separação dos serviços pode comprometer a qualidade dos serviços a serem prestados, uma vez que várias empresas poderiam ser responsabilizadas por má execução de um grupo de serviços específicos.

Outro fator que colabora para que não haja subdivisão dos serviços em grupos específicos é que conclusão efetiva dos mesmos, pois atrasos de quaisquer etapas podem acarretar em paralizações da obra gerando atrasos na conclusão de outras etapas executivas, o que compromete a funcionalidade da pavimentação a ser entregue a população.

Portanto sugerimos que o fornecedor seja selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade concorrência sob a forma presencial, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

Sendo que este formato de contratação não influencia na economicidade e mantém ainda a competitividade do mercado.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

Baseamos as quantidades pretendidas em função de um levantamento prévio da área dos trechos a serem executados neste empreendimento, sendo que estipulamos as quantidades levando em consideração, outras obras similares já licitadas pelo município num total aproximado de 64.897,68 m² de área de pavimentação para um custo aproximado de 169,87 R\$/m².

Deve-se levar em consideração que o projeto técnico demonstrará o real custo do empreendimento, portanto os valores acima poderão ser alterados em função das especificidades do projeto.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Salientamos que como este é um serviço rotineiro e que possui muita demanda em nossa regional e em nossa região possuímos várias empresas que prestam este tipo de serviço, portanto optamos por referenciar os preços do DER-PR, através da planilha da Orçpav, disponibilizada pelo Paranaidade, representante técnico da Secretaria das Cidades - SECID com Tabela Referência (SEM Desoneração): DER/PR de MARÇO/25 | SINAPI de ABRIL/2025.

Informamos ainda que após este fizemos uma análise aos valores das licitações como a concorrências 8 e 17 de 2025, vimos que os valores apesar da disparidade de tempo não alteraram significativamente.



Portando o valor estimado para a presente contratação de aproximadamente 169,87 R\$/m² levando em consideração que o trecho escolhido para o investimento possui em conjunto um total de 64.897,68 m², teremos um valor estimativo de contratação de R\$ 11.023.962,64 (onze milhões e vinte e três mil e novecentos e sessenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), já levando em consideração o BDI.

Salientamos que este valor é somente uma estimativa, devendo o projeto executivo e o seu trecho de referência apresentar o valor real do investimento após análise das especificidades da obra.

6. ANÁLISE DOS RISCOS

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Em Anexo

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Tendo em vista as análises dispostas acima, que compreende na necessidade da contratação da prestação de serviços de engenharia para execução de restauração e recapeamento de pavimentos e das condições de tráfego dos mesmos, vimos que a solução proposta é a mais tradicional e rotineira encontrada em nossa região, pois a mesma visa primeiramente corrigir pontos deficitários do pavimento existente, fazer um melhoramento/reforço da camada de rolamento através do recapeamento em massa asfáltica e por fim garantir a regulamentação de trânsito através da sinalização do trecho, garantindo assim um acesso rápido seguro e funcional a população que deseja acessar a malha viária do município.

Portanto pode-se dizer que a solução adotada é a melhor do ponto de vista econômico e técnico, sendo esta obra imprescindível para que o município garanta qualidade de vida no deslocamento de pessoas e produtos neste município.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

A empresa licitante deve apresentar um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome do profissional responsável pelos serviços, que comprove(m) aptidão para fornecimento pertinente e compatível com o objeto licitado.

Poderão ser aceitos atestados ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedidos por pessoas físicas para pessoas jurídicas, desde que este seja



chancelado por profissional habilitado constando minimamente o número da anotação de responsabilidade técnica de fiscalização ou laudo de avaliação chancelando os quantitativos executados.

A licitante deve apresentar Certidão de Acervo Técnico: Certidão de acervo técnico (CAT) profissional que ateste a execução de características semelhantes aos serviços e emitido pelo CONSELHO DE CLASSE, para pessoa jurídica de direito público ou privado, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, profissional este que será o responsável técnico do serviço.

As quantidades exigidas como acervo deste edital estão em acordo com a Lei nº 14.133/2021, Obs.: Os serviços de maior relevância e valor significativo são as seguintes:

Tipo de Obras: **PAVIMENTAÇÃO OU RECAPEAMENTO ASFALTICO.**

- Como no momento ainda não se sabe o quantitativo a ser executado e este depende do projeto técnico recomendamos que seja exigido de acervo o total de 50% dos itens de maior relevância do orçamento estimativo, desde que este atenda o § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

- Comprovação de que o responsável técnico indicado, pertence ao quadro da empresa;

- Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho de Classe, contendo no mínimo os seguintes dados: Razão Social; Endereço; Número e data do registro; Ramo de atividade; Nome do responsável técnico registrado.

- Certificado de Registro de Pessoa Física no respectivo Conselho de Classe (com atribuição para o objeto licitado) contendo no mínimo os seguintes dados: Nome; Endereço; Número e data do registro e nome do Profissional indicado para esta licitação.

- Comprovação de que o licitante possui vínculo profissional, na data de abertura desta licitação, com o Profissional indicado. (Se empregado através do Contrato de Trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Ficha de Registro de Empregados, em que conste o licitante como contratante, quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma, contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, se o vínculo for de natureza civil apresentar Contrato de prestação de serviços regido pela legislação comum).

- Relação de disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos a serem disponibilizados para a execução dos serviços. Deverá ser apresentado a relação de veículos, máquinas e equipamentos conforme análise do projeto, constando o nome, nº do RG, assinatura do responsável legal e nome, número do registro no CREA e assinatura do responsável técnico indicado, com declaração expressa de sua disponibilidade durante a execução;

- Declaração de usina de asfalto própria ou de terceiros com a respectiva licença operacional em vigor. Se de terceiros apresentar termo de compromisso de fornecimento ou de usinagem de CBUQ e a usina deverá estar instalada a uma distância máxima do local da obra de 100 km.

**JUSTIFICATIVA TÉCNICA**

- O processo de cura do CBUQ inicia-se após o período de duas horas, tornando a massa dura e impossibilitando a sua aplicação levado em consideração uma velocidade média de 50km/h do veículo carregado;
- A mistura asfáltica deve ser lançada em camada uniforme de espessura definida, pronta para a compactação, cuja eficiência depende fundamentalmente da temperatura adequada da mistura;
- Um concreto asfáltico aplicado na pista com uma temperatura abaixo da recomendada poderia comprometer o revestimento, já que sua compactação estaria debilitada;
- O uso de ligantes asfálticos nas temperaturas corretas conduziria à redução dos efeitos de craqueamento impostos à mistura, com o consequente aumento da vida útil do revestimento.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as informações passadas pela fiscalização.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada por futuros problemas resultantes da incorreta execução do contrato.

A Contratada deverá:

- assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços a serem executados.
- executar os serviços de forma direta, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.
- prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.
- executar, fielmente os serviços, de acordo com as especificações e exigências da fiscalização, não se admitindo modificações projetuais sem prévia consulta e concordância da Contratante.
- executar os serviços ou a entrega dos produtos de acordo com os prazos e critérios definidos no cronograma, possíveis alterações no cronograma deverão ser solicitados com antecedência e aprovados junto ao contratante.
- Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

despesas operacionais e administrativas, de mão de obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.

Quando a aquisição for adquirida pelo Município através de Transferências Especiais de Recursos Federais ou Estaduais ou verba parlamentar é imprescindível indicar nas observações da Nfe, o número do convênio, número do Edital, documentos estes que comprovam o nexo causal entre recursos repassados e as despesas realizadas.

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?

Sim (x)

Não () (justificar)

Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?

Sim (x)

Não () (justificar)

Poderá participar Sociedades Cooperativas?

Sim ()

Não (x) - a vedação de participação de sociedades cooperativas somente se aplica nas hipóteses de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, que não se enquadrem nas hipóteses permitidas no artigo 10 da IN SEGES nº 5/2017.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(x) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Qualificação Técnica:

Demonstrar que os licitantes possuem a experiência e a competência necessárias para executar o objeto da licitação, garantindo um resultado de qualidade, reduzindo riscos durante a execução do contrato, como atrasos e não conformidades.

A garantia de que o licitante tem a capacidade de executar o contrato com eficiência e eficácia, otimizando os recursos públicos.

Qualificação Econômico-Financeira:

Garantir que os licitantes tenham uma situação financeira estável e saudável, capaz de suportar os custos e responsabilidades do contrato, demonstrando que a empresa tem capacidade de cumprir suas obrigações financeiras, como pagamento de fornecedores, salários e impostos, evitando inadimplência.

Evitando riscos de falência ou dificuldades financeiras, que possam comprometer a execução do contrato e o interesse da administração pública.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL

(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refulgos, quando aplicável;

Salientamos que a prestação destes serviços não impacta diretamente em questões ambientais, pois os serviços prestados e os materiais aplicados como o CBUQ chegam prontos ao trecho e não dissipam elementos químicos contaminantes uma vez que estes sejam executados dentro dos quesitos normativos, já o processo de usinagem do material que demanda de queima ou aquecimento de materiais possui filtros e procedimentos e geralmente são licenciados pelo órgão ambiental.

Já os resíduos gerados pela pavimentação serão de responsabilidade da empresa contratada fazer a relocação e a correta destinação do mesmo, sempre é claro com o devido acompanhamento do fiscal técnico ou seu suplente.

Salientamos ainda que a execução dos serviços a serem contratados não agredem e não deixam resíduos que possam comprometer o meio ambiente a logo prazo.

Porem o município exige que a contratada deva adotar boas práticas de conduta afins de eliminar ou minimizar possíveis impactos não previstos neste:

- Efetuar o descarte de materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão ambiental.
- Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.
- Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;
- Substituir as substancias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução dos serviços;
- Providenciar o recolhimento dos materiais inservíveis e dos recipientes de tintas, vernizes, óleos e solventes originários dos serviços executados, para posterior repasse às empresas industrializadoras, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente



adequada, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;

- Os materiais empregados pela Contratada deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos associados ao produto;
- A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos Impactos ambientais.
- Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.
- Observância às normas técnicas, elaboradas pela ABNT, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados;
- Opção gradativa por produtos mais sustentáveis, com estabelecimento de metas crescentes de aquisição, observando-se a viabilidade econômica e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade;
- Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;
- Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Lei nº 12.305/2010);
- Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei nº 12.305/2010);

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Da contratação do objeto deste ETP espera-se, que o pavimento e a sinalização, executada apresente uma boa regularidade superficial, conforto e segurança aos usuários, melhorado assim a malha urbana pavimentada, aumentando na vida útil dos pavimentos, reduzindo assim os custos futuros com intervenções estruturais dos pavimentos, além disso espera-se melhorar significativamente a capacidade de escoamento do fluxo veicular urbano, também garantir que os passeios executados possuam acessibilidade dando condições de mobilidade a população.



O objeto da contratação é caracterizado como:

Bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

12. REGIME DE FORNECIMENTO

(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Ressaltamos que recomendamos que o regime de fornecimento seja feito através da modalidade de empreitada por preço global, uma vez que está aumenta a competitividade do certame e abre a possibilidade de que os descontos sejam efetuados de forma proporcional e capacidade econômica executiva das empresas participantes do certame.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Indicar se no processo devido à complexidade ou natureza do objeto será necessário acompanhamento de Fiscal Técnico.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Carlos Eduardo Mangini Silva
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Murilo Rocha Szpak
Fiscal Técnico:	Murilo Rocha Szpak
Suplentes:	Marcio Trentini

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES

(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

No momento salientamos que para esta contratação não possui contratações correlatas uma vez que a prestação deste serviço ocorrerá de forma completa desde a recuperação da base até a sinalização vertical e horizontal, não necessitando outras contratações para que a obra possua a devida funcionalidade.

**15. ALINHAMENTO COM O PAC**

(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

Informamos que a referida obra não está prevista no Plano Anual de Compras do ano de 2026, porém se tratar de um recurso esporádico, com aporte financeiro de outras entidades.

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- ☒ Global
- ☐ Lote(s) de Itens
- ☐ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☐ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☒ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia

Saliento que as obras comuns de engenharia seriam aquelas, com baixo grau de complexidade técnica, que contam com especificações e métodos usuais no mercado, e para as quais existem diversas empresas aptas a se habilitarem no certame, razão pela qual foram consideradas, na Lei nº 14.133/2021, em conjunto com os serviços comuns de engenharia, além de que a nota técnica da IBRAOP IBR 001/2021 em sua página 15, 'apresenta que obras de recomposição de pavimentação asfáltica em geral podem ser considerados serviços comuns de engenharia.

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Entendemos que será necessário a exigência de garantia de contratação pois visa proteger a Administração Pública contra eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais pela empresa contratada, como atrasos, vícios no serviço, ou não entrega do objeto.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa para prestação de serviço recapeamento deve ser executado por empresa devidamente qualificada e com boas referências.

**20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC**

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- () Pregão, () Tradicional () SRP
- (x) Concorrência, (x) Tradicional () SRP
- () Concorrência eletrônica (x) Concorrência Presencial
- () Concurso
- () Leilão
- () Dialogo Competitivo

Justificativa quanto a escolha do modo de disputa:

A decisão da Administração Municipal de Dois Vizinhos/PR de buscar a inversão das fases de julgamento e habilitação, e a consequente necessidade de adotar a modalidade presencial para as concorrências asfálticas, encontra amparo nos princípios e nas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – NLLC), especialmente em função da busca pela eficiência e pela seleção da proposta mais vantajosa.

1. O Problema Identificado e a Busca pela Eficiência

O processo licitatório tem como um de seus objetivos primordiais assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, bem como garantir a celeridade e a justa competição.

A experiência prática relatada pela administração municipal de Dois Vizinhos/PR aponta para uma dificuldade recorrente nos certames de rito ordinário da Lei nº 14.133/2021: a participação de inúmeros licitantes que disputam a fase de propostas, mas que, ao final, não possuem as condições mínimas de habilitação para assumir a execução contratual.

No rito procedimental padrão estabelecido pela NLLC, as fases de apresentação de propostas e lances (Inciso III) e julgamento (Inciso IV) antecedem a fase de habilitação (Inciso V). Essa sequência, embora concebida para trazer celeridade e replicar o modelo bem-sucedido do pregão, demonstra-se problemática em licitações de obras asfálticas no município quando atraindo participantes não qualificados.

Essa distorção compromete a eficiência e a celeridade, pois o tempo e os recursos são gastos na avaliação de propostas e lances de licitantes que seriam inevitavelmente inabilitados, atrasando a contratação e a execução da obra.

2. Fundamentação e Motivação para a Inversão de Fases

A inversão da ordem das fases procedimentais é um mecanismo expressamente previsto na Lei nº 14.133/2021, que visa conferir maior flexibilidade e adaptação do rito às necessidades concretas da Administração.



2.1. Possibilidade Legal: Art. 17, § 1º da Lei nº 14.133/2021

A inversão das fases tem seu alicerce legal no Artigo 17, § 1º da Lei nº 14.133/2021:

“Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: [...] V - de habilitação; [...] § 1º A fase referida no inciso V do caput deste artigo poderá, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases referidas nos incisos III e IV do caput deste artigo, desde que expressamente previsto no edital de licitação.”

Portanto, é legalmente possível que a fase de habilitação (Inciso V) anteceda as fases de apresentação de propostas e lances (Inciso III) e julgamento (Inciso IV).

2.2. Motivação da Inversão de Fases

A inversão de fases é uma medida de exceção que deve ser adotada mediante ato motivado e com a explícita indicação dos benefícios decorrentes.

No caso das concorrências asfálticas, a motivação reside diretamente na necessidade de aumentar a eficiência e a celeridade do processo, mitigando os riscos já comprovados da participação de licitantes sem capacidade de assumir o contrato.

Benefícios da Inversão de Fases:

1. Eliminação de Licitantes Não Qualificados: Ao realizar a habilitação (jurídica, técnica e econômico-financeira) em primeiro lugar, é possível filtrar imediatamente as empresas que não atendem às exigências mínimas, desestimulando a participação de "empresas aventureiras".

2. Foco Administrativo: O esforço da Administração para analisar propostas, negociar e processar recursos foca-se apenas nos licitantes que já demonstraram capacidade plena para executar o objeto, otimizando o tempo e os recursos públicos.

3. Celeridade e Redução de Litigiosidade: A exclusão precoce de inabilitados reduz a chance de questionamentos e recursos posteriores complexos relacionados à fase de propostas e lances, garantindo maior fluidez ao processo.

É importante notar que, mesmo com a inversão das fases, os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, serão exigidos somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, conforme disposto no Art. 63, Inciso III da Lei nº 14.133/2021. No entanto, a verificação prévia dos demais requisitos essenciais de habilitação (jurídica, técnica e econômico-financeira) já garante o objetivo de afastar a maioria dos licitantes inaptos.

3. Justificativa para a Realização da Licitação na Forma Presencial

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica. A forma eletrônica é altamente recomendada, inclusive pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), por possibilitar maior concorrência, impessoalidade, transparência e economia de custos (como transporte e diárias).

Contudo, a utilização da forma presencial é admitida, desde que motivada.



3.1. Necessidade de Motivação para a Forma Presencial: Art. 17, § 2º

A permissão para o uso da modalidade presencial está no Art. 17, § 2º da Lei nº 14.133/2021:

“Art. 17. [...] § 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.”

A motivação para a forma presencial deve demonstrar que ela oferece mais benefícios à Administração Pública ou que a modalidade eletrônica é inviável.

3.2. Fundamentação na Inviabilidade Técnica do Sistema Eletrônico

No caso do Município de Dois Vizinhos/PR, a inviabilidade da forma eletrônica não se dá pela incapacidade dos fornecedores (justificativa que o TCE-PR considera insuficiente se não acompanhada de medidas de implementação do eletrônico), mas sim pela limitação técnica do sistema eletrônico utilizado (ComprasGov), que não suporta a inversão de fases.

Dado que a Administração Municipal, por meio de um ato motivado e com base na experiência prática, concluiu que a inversão de fases (habilitação prévia) é a solução técnica e economicamente mais vantajosa para garantir a eficiência e afastar licitantes desqualificados nas concorrências asfálticas, a impossibilidade técnica de implementar essa solução no sistema eletrônico de uso municipal (ComprasGov) justifica o uso excepcional da forma presencial.

Ressaltamos que as regiões Oeste e Sudoeste contam com um rol de mais de 10 (dez) empresas devidamente capacitadas, que possuem condições técnicas e operacionais para executar o objeto deste convênio com qualidade, atendendo a todos os critérios estabelecidos na legislação normativa vigente. Isso comprova que a proposta de inversão de fases neste certame não compromete a ampla concorrência do processo licitatório.

Adicionalmente, destacamos que a maior parte da obra em questão refere-se à aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (C.B.U.Q.), o que, consequentemente, impõe limitações quanto à distância de transporte do material usinado. Conforme recomendação do DER/PR por meio da especificação ES-P 21/17, a temperatura máxima de usinagem do C.B.U.Q. deve ser de 177°C, enquanto a temperatura mínima para aplicação é de 150°C.

Dessa forma, empresas sediadas em outras regiões que não conseguirem fornecedores locais de massa asfáltica poderão, no momento da aplicação, utilizar material fora dos parâmetros de temperatura definidos, comprometendo a qualidade do serviço prestado.

Portanto, entendemos que a inversão de fases no certame permite ao município garantir que a empresa licitante possui efetiva capacidade técnica de fornecer e aplicar o material dentro dos parâmetros estabelecidos pelas normas vigentes, assegurando, assim, a qualidade e a conformidade da execução da obra.

Assim, a adoção da inversão de fases – e, por consequência, da modalidade presencial – revela-se medida indispensável para garantir maior celeridade, eficiência e segurança jurídica ao certame, possibilitando que o Município de Dois Vizinhos cumpra os prazos do Convênio nº 1579/2025 – Prioridade nº 101



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

e assegure a correta aplicação dos recursos públicos em benefício da coletividade.

Procedimentos auxiliares

- ☐ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
- ☐ Pré-Qualificação
- ☐ Procedimento de Manifestação de Interesse,

Contratação Direta:

- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa
- ☐ Inexigibilidade de licitação.

Critério de julgamento:

- ☒ menor preço
- ☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
- ☐ técnica e preço
- ☐ maior retorno econômico
- ☒ maior desconto
- ☐ maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☒ Aberto
- ☐ Fechado
- ☐ Aberto e Fechado
- ☐ Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

- ☐ SIM
- ☒ NÃO

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

- ☐ Recursos Próprios
- ☒ Recursos Estaduais
- ☐ Recursos Federais

Dois Vizinhos, 19 de janeiro de 2026.

CARLOS EDUARDO MANGINI SILVA
Secretário de Planejamento e Ações Estratégicas
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 20392-1